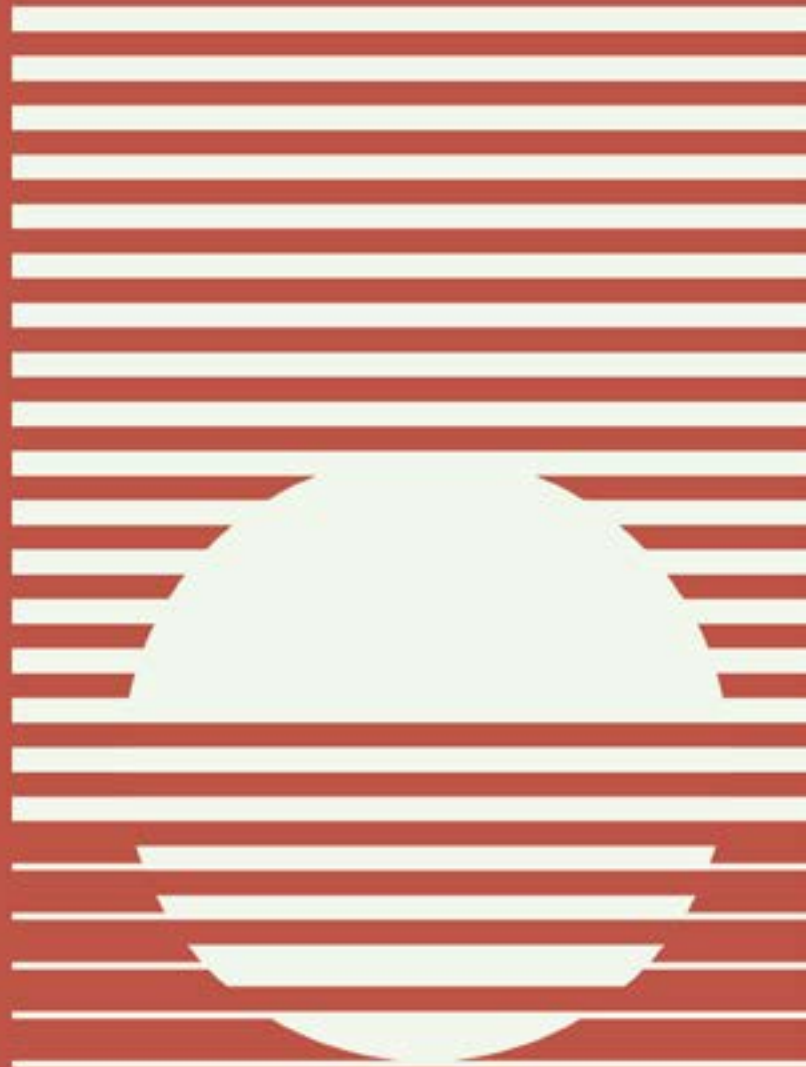


ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



05
2021



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares de Aguiar

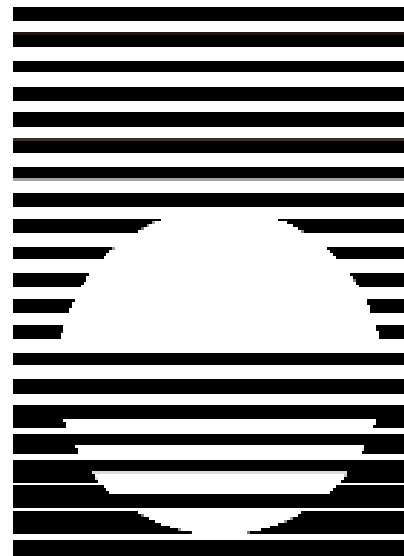
Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

Editória de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Giovanna Lucio Monteiro, Henrique Rabello de Carvalho, Hugo Bras Martins da Costa, Jefferson Nascimento, Juliana de Sant'Anna Cunha, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Conde, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Marcelly Firmino, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Nicolli Bernardes Ribeiro, Pablo Saturnino Braga, Patrícia Porto de Barros, Pedro Lange Netto Machado, Renata Albuquerque Ribeiro, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).
Rua da Matriz 82, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ
CEP: 22260-100 – Brasil
Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Desmatamento na Amazônia é motivo de discussões comerciais e de investigação criminal
Estados e municípios brasileiros apostam em paradiplomacia para tratar das mudanças climáticas

Página 05

Ex-chanceler Ernesto Araújo depõe na CPI da Covid-19
Brasil apoia proposta alternativa à quebra de patentes das vacinas contra a Covid-19

Página 06

Distribuição da vacina reforça arquitetura da cooperação para o desenvolvimento
Lentidão, corrupção e dependência da cooperação internacional marcam vacinação contra a Covid-19 no Paraguai

Página 07

Senadores uruguaios discutem propostas para combate à Covid-19 em Comissão Especial
Argentina enfrenta segunda onda da Covid-19 em meio ao aprofundamento da crise econômica

Página 08

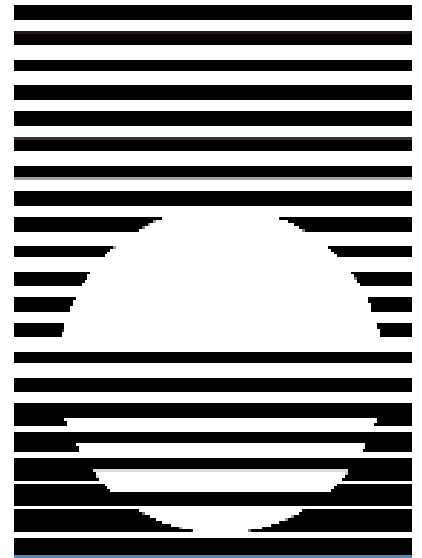
Governo argentino retira apoio a ações contra a Venezuela no TPI e recebe críticas de setores internos
Governo e oposição podem retomar diálogo em busca de solução para crise na Venezuela
A onda do Me Too chega na Venezuela denunciando violências contra mulheres e impunidade

Página 09

Guiana comemora 55 anos de independência em meio a tensões diplomáticas e políticas
Seguradora Ohio National abre litígio internacional contra governo chileno

Página 10

Chilenos participam de megaeleições para escolha dos 155 membros da nova Convenção Constituinte e para governadores e prefeitos
Eleição para nova Constituição no Chile é marcada pela paridade de gênero



Página 11

Prisão de Murillo e declaração do Parlamento Europeu dão novas dimensões internacionais à instabilidade política na Bolívia

Colômbia completa um mês de protestos em meio de críticas internas e externas ao governo

Página 12

Conflito entre Hamas e Israel repercute na África do Sul e na América Latina

Conflitos militarizados deixam mortos no Brasil e na Palestina

Página 13

África do Sul lidera importantes iniciativas diplomáticas contra a pandemia do Covid-19

China reforça cooperação tecnológica e científica com os BRICS

Página 14

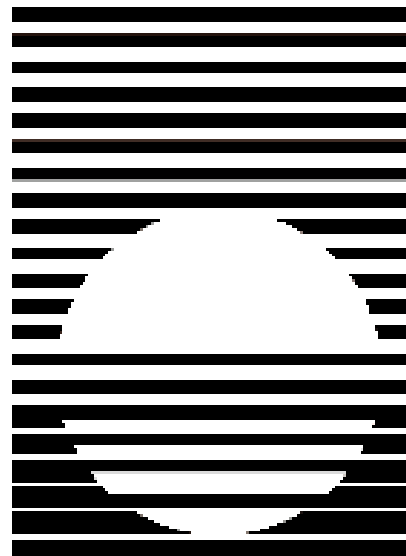
China é destaque por grave violação da liberdade religiosa

Mortes no Mediterrâneo e deportações em massa chamam a atenção para a necessidade de novas políticas migratórias

Página 15

Ministro das Relações Exteriores da Turquia visita a Grécia em meio aos conflitos no mar Mediterrâneo entre os dois países

No Dia Internacional do Combate à LGBTfobia, secretário geral da ONU faz apelo contra discriminação



Desmatamento na Amazônia é motivo de discussões comerciais e de investigação criminal

Em 05 de maio de 2021, empresas do Reino Unido e da União Europeia advertiram o governo brasileiro sobre a possibilidade de suspensão de compras de produtos alimentícios brasileiros. Esse posicionamento foi uma resposta à possível aprovação do Projeto de Lei 510/2021, que autoriza a ocupação de terras públicas desmatadas ilegalmente. O Projeto de Lei de autoria do senador Irajá Abreu (PSD-TO) foi posto em pauta para votação no Senado com o apoio de Jair Bolsonaro. É importante ressaltar que esse endosso do presidente à questão contradiz seu discurso durante a participação na Cúpula do Clima. A referida declaração dos atores do setor privado europeu ocorreu por meio de uma carta aberta direcionada ao Senado brasileiro, em que as empresas afirmaram considerar a Amazônia como vital para o sistema terrestre e essencial para garantir um futuro próspero para sociedade brasileira. Esta carta foi seguida pela publicação de um texto no jornal francês *Le Monde*, assinado pelo ex-ministro da Ecologia desse país, Nicolas Hulot, e por outras personalidades políticas que defendem o abandono do acordo comercial Mercosul-União Europeia. O manifesto sucedeu a divulgação de um estudo internacional de grande repercussão divulgado no periódico “Nature Climate Change” expondo que na última década, a floresta amazônica emitiu mais gás carbônico do que absorveu, um cenário que, se persistir, pode agravar os efeitos das mudanças climáticas. Segundo o artigo, a finalização do acordo entre os blocos aceleraria o desmatamento da Amazônia em pelo menos 25% ao ano durante os próximos seis anos. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) afirmam que, desde 2019, a taxa de desmatamento tem aumentado significativamente, com registro de recorde no mês de abril de 2021. Essas altas taxas foram acompanhadas por um aumento dos casos de envio ilegal de madeira brasileira para os Estados Unidos. A última denúncia, feita pela embaixada estadunidense à Polícia Federal brasileira no dia 21 de maio, incluiu informações de uma apreensão que totalizou mais de 74 toneladas de madeiras nativas da Amazônia, motivando a abertura de uma investigação sobre o possível envolvimento do atual Ministro do Meio Ambiente brasileiro, Ricardo Salles, na facilitação do contrabando dessas cargas.

Fontes: [Al Jazeera](#), 05/05/2021; [BBC](#), 05/05/2021; [Le Monde](#), 05/05/2021; [G1](#), 06/05/2021; [CNN](#), 19/05/2021; [Reuters](#), 19/05/2021; [Metrópoles](#), 22/05/2021.

Estados e municípios brasileiros apostam em paradiplomacia para tratar das mudanças climáticas

No dia 26 de maio de 2021, foi realizado no Brasil o Encontro Estratégico Governadores pelo Clima das Regiões Norte e Centro Oeste, que reuniu os governadores de seis unidades federativas – Acre, Amapá, Pará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul – além do vice-governador do Distrito Federal. O encontro foi organizado pelo Centro Brasil no Clima (CBC) e está integrado a uma articulação internacional entre os governadores e lideranças dos Estados Unidos, Argentina e União Europeia, intitulada de Governadores pelo Clima. Este evento não foi, no entanto, a primeira iniciativa de paradiplomacia realizada pelos estados ou municípios brasileiros diante da inação do governo federal frente às mudanças climáticas. Na esfera estadual, propostas como Governadores pelo Clima, composta por representantes de dezoito unidades federativas, têm obtido um maior espaço no debate sobre as mudanças climáticas e sobre as possíveis contribuições para as metas estabelecidas pelo governo brasileiro no Acordo de Paris. Destacam-se também a rede global Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), que se concentra na promoção do desenvolvimento urbano sustentável, integrado por estados e cidades associadas; e a Aliança pela Ação Climática, que reúne representantes de estados, cidades, empresas e diferentes grupos da sociedade civil, visando a aumentar o apoio público ao tema. No âmbito municipal, por sua vez, existem iniciativas como a campanha “Race to Zero” de autoria da presidência da COP-26, composta por cidades comprometidas com o desenvolvimento sustentável e liderada no Brasil pelo embaixador do Reino Unido no país, Peter Wilson. Esta proposta foi adotada por seis cidades brasileiras, dentre elas Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, que se comprometeram a reduzir a emissão dos gases de efeito estufa até 2050. Também é importante destacar a atuação da prefeitura de Niterói, que criou a primeira Secretaria Municipal para tratar de assuntos relacionados ao clima, bem como realizou, em 1º de junho de 2021, o primeiro Fórum Municipal de Mudanças Climáticas da cidade, com representantes de organismos internacionais e nacionais. Essas iniciativas se somam aos esforços no âmbito do C40, que vêm da década passada. Portanto, observa-se que enquanto o governo federal assume compromissos internacionais para a mitigação das mudanças climáticas sem, de fato, as colocar em prá-

tica, alguns atores lançam mão de ações internacionais e movimentam-se para debater e adotar medidas que cumpram com os compromissos assumidos pela instância federal.

Fontes: [Folha de Pernambuco](#), 30/04/2021; [O Dia](#), 24/05/2021; [Agência Pará](#), 26/05/2021.

Ex-chanceler Ernesto Araújo depõe na CPI da Covid-19

No dia 18 de maio de 2021, o ex-chanceler Ernesto Araújo prestou depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para investigar supostas omissões e irregularidades nas ações do Governo Federal no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. No depoimento, Araújo admitiu ter mobilizado a estrutura do Itamaraty para a compra de hidroxicroquina no exterior, medicamento sem eficácia cientificamente comprovada. Segundo o ex-chanceler, embora o pedido inicial para a aquisição do remédio tenha partido do Ministério da Saúde, houve também a participação pessoal do presidente Jair Bolsonaro na condução do processo. Araújo relatou que Bolsonaro nunca lhe dera orientações para acelerar contatos com os fornecedores de vacinas. O Itamaraty só teria sido orientado a agir pelo presidente quando houve o atraso no envio das vacinas da Índia em janeiro deste ano. Ainda conforme Araújo, o Ministério das Relações Exteriores exerceu um papel apenas secundário e não substancial nas negociações em torno da compra das vacinas da Astrazeneca, e nulo, nas conversações para a aquisição dos imunizantes CoronaVac. Por fim, o ex-ministro reconheceu que não transmitiu a Bolsonaro a carta que recebera da Pfizer na qual a farmacêutica estadunidense oferecia milhões de doses de sua vacina ao governo brasileiro, pois presumiu já ser do conhecimento do presidente. A condução feita pelo governo Bolsonaro da crise sanitária no país, que já ceifou a vida de mais de 460 mil brasileiros, tem recebido bastante crítica de diversos segmentos políticos e da sociedade civil. No início de maio, Bolsonaro voltou a fazer ataques à China ao insinuar que o país asiático estaria praticando uma guerra biológica com a Covid-19. A declaração do mandatário repercutiu negativamente, obrigando o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, a entrar em contato com o embaixador chinês com vistas a reforçar a relação diplomática entre os países. Segundo o diretor do Butantan, Dimas

Covas, as declarações do governo Bolsonaro contra a China afetam a liberação de insumos de vacinas deste país para o Brasil, o que, coincidentemente (ou não), voltou a ocorrer dias após as insinuações do Presidente.

Fontes: [Estadão](#), 06/05/2021; [Estadão](#), 06/05/2021; [Folha de S. Paulo](#), 07/05/2021; [Estadão](#), 12/05/2021; [CNN](#), 14/05/2021; [Folha de S. Paulo](#), 18/05/2021; [Folha de S. Paulo](#), 18/05/2021.

Brasil apoia proposta alternativa à quebra de patentes das vacinas contra a Covid-19

No dia 05 de maio de 2021, o governo de Joe Biden declarou apoio à quebra de patentes das vacinas contra a Covid-19, após uma série de debates internos e de encontrar resistência entre as farmacêuticas responsáveis pela elaboração das vacinas estadunidenses – BioNTech, Moderna e Janssen. O anúncio foi realizado por Catherine Tai, representante do governo Biden para o Comércio Exterior. Em sequência, no dia 06 de maio, a Organização Mundial do Comércio (OMC) reforçou o apelo. Composto o grupo de países que apoiam o licenciamento compulsório das vacinas estão África do Sul, Bolívia, China e Rússia, sendo os dois últimos países responsáveis pela fabricação de dois outros imunizantes que estão sendo utilizados contra a Covid-19 – Coronavac e Sputnik V, respectivamente. Apesar de ter elogiado a proposta do presidente dos EUA, considerada uma mudança histórica na posição do país sobre o assunto, o governo brasileiro se posicionou de forma contrária à suspensão de patentes de vacinas e medicamentos contra a Covid-19 como principal instrumento para a solução imediata da crise sanitária global. Defensor de uma abordagem alternativa, o Brasil foi convidado pela União Europeia a ingressar em um grupo de países que ficarão responsáveis por elaborar uma nova proposta contendo um conjunto de medidas inicialmente previstas pela chamada terceira via, como a adoção de políticas que facilitem o aumento da capacidade de produção de vacinas no mundo.

Fontes: [CNN](#), 05/05/2021; [African News](#), 06/05/2021; [EBC](#), 06/05/2021; [MRE](#), 07/05/2021; [Nodal](#), 13/05/2021; [Reuters](#), 13/05/2021; [Folha de S. Paulo](#), 30/05/2021.

Distribuição da vacina reforça arquitetura da cooperação para o desenvolvimento

No mês de maio de 2021, diversos acontecimentos indicaram as movimentações entre países do Sul e do Norte, a fim de garantir a segurança na vacinação de suas respectivas populações. A corrida pela imunização está trazendo à tona a questão da desigualdade na distribuição das vacinas. Nesse contexto, Iván Duque, o presidente da Colômbia, durante seu discurso no 27º Fórum Internacional da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), pediu que a organização atuasse como mediadora no esforço internacional de levar vacinas contra a Covid-19 aos países em desenvolvimento, na forma de empréstimos de doses. Em outro importante Fórum, a Cúpula Global de Saúde do G-20, a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, anunciou que a União Europeia fará uma doação de 100 milhões de doses de vacinas ao Consórcio Covax, a serem destinadas aos países em desenvolvimento. Desse total, 30 milhões serão fornecidas pela Alemanha, conforme revelou a chanceler do país, Angela Merkel, e outros 30 milhões serão doadas pela França, nas palavras do presidente do país, Emmanuel Macron. Na ocasião, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, destacou que cerca de 90% de todo o volume de vacinas produzidas vai para os países do G20 e reforçou o pedido da OMS para que países do grupo aumentassem as suas doações de imunizantes à Covax. É importante ressaltar que esses anúncios foram feitos após a União Europeia fechar um acordo com a BioNTech e com a Pfizer para a compra de 1,8 bilhão de doses, que serão entregues entre 2021 e 2023 para garantir a segunda e uma eventual terceira dose, de reforço, para os europeus. Ao final do evento, os líderes do G20 emitiram uma declaração conjunta reforçando o objetivo do grupo de coordenar os esforços mundiais contra a pandemia da Covid-19. No entanto, evitaram explorar o tópico das patentes das vacinas, fundamental na democratização no acesso ao imunizante. Na mesma semana, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, anunciou a doação de 20 milhões de doses ao consórcio Covax, valores que se juntam às 60 milhões anunciadas previamente. No início de maio, a Suíça havia anunciado a doação de 1 milhão de doses para Covax e a empresa Moderna também anunciou o fornecimento de 34 milhões de vacinas ao programa global este ano, atitudes que foram elogiadas pela OMS. Embora estas

iniciativas sejam de extrema relevância, observa-se que a distribuição da vacina reproduz a tradicional hierarquia de capacidades no sistema da cooperação internacional, com países desenvolvidos enviando ajuda aos países em desenvolvimento, o que reforça as desigualdades desse sistema.

Fontes: [O Globo](#), 03/05/2021; [Folha de S. Paulo](#), 17/05/2021; [Comissão Europeia](#), 20/05/2021; [Exame](#), 21/05/2021; [O Globo](#), 21/05/2021; [Xinhua](#), 23/05/2021; [Notícias ao Minuto](#), 27/05/2021; [Xinhua](#), 29/05/2021.

Lentidão, corrupção e dependência da cooperação internacional marcam vacinação contra a Covid-19 no Paraguai

Durante o mês de maio de 2021, a Direção Geral Anticorrupção do Ministério da Saúde do Paraguai recebeu diversas denúncias de que, supostamente, políticos e seus familiares tiveram acesso de maneira irregular à vacinação contra o coronavírus, em um momento em que o imunizante ainda está restrito aos grupos prioritários. O Paraguai, que lidera o ranking do WorldoMeter referente ao número de pessoas falecidas pela Covid-19 a cada milhão de habitantes, até o dia 26 de maio, havia recebido apenas 707.000 doses das 8 milhões que já adquiriu. Em meio às críticas, o governo, por via da elaboração de um material explicativo, apresentou as razões para o atraso no recebimento das vacinas, entre elas a alta demanda mundial, as restrições de exportações e as complicações de logística. Diante das dificuldades para conter o avanço da doença em território nacional, o governo revelou a possibilidade de o país voltar à “fase zero”, na qual são adotadas medidas de restrições como o lockdown. Entretanto, uma parcela da população, sobretudo pessoas ligadas aos setores de comércio e serviços, se manifestaram contra o retorno dos decretos mais severos, alegando eventuais perdas econômicas. Na tentativa de administrar a crise, o governo paraguaio tem recorrido à ajuda internacional, entre elas da Espanha, que se comprometeu a doar duas toneladas de medicamentos para pacientes em Unidades de Terapia Intensiva. Além disso, o Paraguai formalizou pedidos de doação de vacinas aos EUA, Rússia, Taiwan, Índia e Reino Unido.

Fontes: [Telam](#), 04/05/2021; [La Nación](#), 08/05/2021; [La Nación](#), 18/05/2021; [La Nación](#), 24/05/2021; [ABC](#), 25/05/2021; [ABC](#), 26/05/2021

Senadores uruguaio discutem propostas para combate à Covid-19 em Comissão Especial

Em maio de 2021, senadores da base e da oposição ao governo uruguaio apresentaram propostas para o combate da pandemia da Covid-19. Em razão do avanço da crise sanitária, no mês de abril, foi criada a Comissão Especial de Acompanhamento da Covid-19 no Senado uruguaio. A posição dos governistas é a de retomar as atividades econômicas, a partir da reativação do setor de serviços e do chamado “passe verde”, destinado a pessoas vacinadas, que poderão frequentar – desde que continuem seguindo os protocolos sanitários necessários – espaços como cinemas, teatros e outros eventos culturais e desportivos. Enquanto o governo defende a reabertura gradual do comércio, os senadores da coalizão de oposição (Frente Ampla) propõem seguir o caminho contrário, ou seja, aumentar as restrições de funcionamento de estabelecimentos comerciais, tais como bares e restaurantes, bem como reduzir o número de pessoas que utilizam o transporte público. Além disso, a Frente Ampla defende o encerramento do atendimento ao público em repartições públicas e privadas e a suspensão da prática do esporte profissional, tanto em competições nacionais quanto internacionais. Por fim, a oposição pediu que o Estado promova medidas de compensação econômica à população afetada por essas restrições. Embora os senadores governistas tenham mostrado disposição em discutir essas propostas, após duas semanas os opositoristas ainda não haviam recebido uma resposta formal do governo. Desse modo, caso o governo não leve em consideração suas propostas, os parlamentares da Frente Ampla colocaram em dúvida a continuidade do diálogo interpartidário no âmbito da Comissão.

Fontes: [El Observador](#), 04/05/2021; [El País](#), 05/05/2021; [La Diaria](#), 05/05/2021; [El Observador](#), 20/05/2021; [El Observador](#), 26/05/2021.

Argentina enfrenta segunda onda da Covid-19 em meio ao aprofundamento da crise econômica

O mês de maio de 2021 se encerrou com mais de 3 milhões de casos de coronavírus e 78 mil mortes causadas pela doença na Argentina, além de uma taxa média nacional de ocupação de leitos de terapia

intensiva de 77,4%. A segunda onda da Covid-19 no país tem resultado em recordes diários de novas infecções e óbitos. Esta conjuntura levou o governo a cancelar a realização da Copa América no país, que estava prevista para iniciar no dia 13 de junho. As discordâncias entre o Governo Nacional, o Governo das Províncias e as Prefeituras das grandes cidades sobre medidas sanitárias e retorno das aulas presenciais acirram o cenário de crise. No centro dessa disputa está o imbróglio com a administração da Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA): o prefeito, Horacio Larreta, um dos maiores opositores do presidente Alberto Fernández, apelou à Suprema Corte e venceu, derrubando a suspensão das aulas presenciais na CABA. Com as eleições legislativas deste ano em mente, a oposição segue atacando as medidas de distanciamento social, argumentando que seriam ataques às liberdades civis; por outro lado, o governo nacional anunciou novo lockdown geral para áreas de alto risco epidemiológico em 21 de maio, que durou até o dia 30 de maio. Além do cenário de caos sanitário, a pandemia aprofundou a crise econômica que o país enfrenta desde, pelo menos, 2018. A inflação segue descontrolada e levou a Presidência a proibir a exportação de carne para controle de preços, o que teve efeitos imediatos no mercado interno, mas mobilizou a ira do setor agroexportador. Houve críticas até mesmo por parte dos peronistas, já que o país necessitaria da entrada de dólares, e a proibição foi levantada em 1º de junho, duas semanas antes do previsto inicialmente. Um tema central na agenda econômica segue sendo a negociação da dívida externa da Argentina, que o governo argumenta ser impagável nas condições atuais. Com esse objetivo, Fernández e o ministro da Economia, Martín Guzmán, realizaram uma breve viagem pela Europa na segunda semana de maio, onde conseguiram palavras de apoio por parte de chefes de Estado, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Clube de Paris, as instituições credoras com as quais a Argentina precisa mais urgentemente renegociar suas dívidas.

Fontes: [El País](#), 14/05/2021, [El País](#), 18/05/2021; [Valor](#), 20/05/2021; [DW](#), 20/05/2021; [El Comercio](#), 31/05/2021.

Governo argentino retira apoio a ações contra a Venezuela no TPI e recebe críticas de setores internos

No dia 25 de maio de 2021, foi noticiado pelo site *Russia Today* que em 24 de março de 2021, a embaixada da Argentina na Holanda enviou uma carta à procuradora do Tribunal Penal Internacional (TPI), Fatou Bensouda, para solicitar a retirada do seu apoio a todas as ações tomadas contra a Venezuela naquele órgão. O apoio foi dado em 2018, pelo governo de Mauricio Macri. A revelação teve repercussão na imprensa argentina, gerando críticas da oposição e da Anistia Internacional. A oposição ao governo de Alberto Fernández, da coalizão Juntos Pela Mudança, que une partidos de direita como o Proposta Republicana (Pro), a União Cívica Radical (UCR) e a Coalizão Cívica (CC), solicitou que o ministro de Relações Exteriores, Felipe Solá, explique na Câmara as razões da retirada do apoio. Representantes da coalizão já haviam rechaçado a decisão, com a líder do Pro, Patricia Bullrich, afirmando que esta era uma posição ideológica que “alienava” a Argentina no sistema internacional. O líder da Juntos pela Mudança na Câmara, Mario Negri (UCR), afirmou que “o kirchnerismo é cúmplice das violações de direitos humanos na Venezuela” e a coalizão acusou a vice-presidente da Argentina de ser a única pessoa que toma as decisões de política externa do país. Ex-funcionários do governo Macri e outros representantes da oposição também se posicionaram contra a retirada do apoio em Haia. Em uma carta dirigida a Felipe Solá, a organização de direitos humanos Anistia Internacional expressou preocupação com a decisão do governo argentino. A carta também afirma que a administração Fernández “virou as costas às vítimas” das violações do governo Maduro. O Ministério de Relações Exteriores da Argentina destacou que sua decisão foi “consequência da decisão política” de ter saído do Grupo de Lima. O governo venezuelano comemorou a posição argentina, apontando que era “simbólica e importante”.

Fontes: [Russia Today](#), 25/05/2021; [Clarín](#), 26/05/2021; [La Nación](#), 27/05/2021; [La Nación](#), 27/05/2021; [La Nación](#), 28/05/2021; [La Nación](#), 28/05/2021; [El País](#), 31/05/2021

Governo e oposição podem retomar diálogo em busca de solução para crise na Venezuela

No mês de maio de 2021, o governo e a oposição na Venezuela deram indícios de que uma nova tentativa de diálogo poderia ocorrer em busca da solução para

a crise política, que vem se agravando nos últimos anos no país. Em 4 de maio, a Assembleia Nacional, eleita em 2020 e de maioria chavista, designou cinco novos reitores para compor o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), órgão responsável pela organização de eleições. Dois dos nomeados são ligados a setores da oposição: Enrique Márquez, do partido Un Nuevo Tiempo, e Roberto Picón, assessor político da coalizão Mesa de Unidad Democrática. Em reação, no dia 11 de maio, Juan Guaidó, líder de um setor da oposição venezuelana que boicotou as eleições de 2020, mudou seu discurso. O autoproclamado presidente propôs um “Acordo de Salvação Nacional”, em que as sanções impostas pelos EUA à Venezuela seriam suspensas mediante a realização de eleições presidenciais em 2021 e a libertação de presos políticos. O governo de Nicolás Maduro reagiu afirmando estar disposto a retomar as negociações com a oposição, com a mediação da Noruega. O governo estadunidense também se manifestou sobre a situação na Venezuela, e no dia 26, Juan González, diretor para o hemisfério ocidental do Conselho de Segurança Nacional, afirmou que os EUA apoiam uma solução negociada para a crise, mas que as sanções permanecerão até a realização de eleições “livres e justas”. Em reação, no dia 27 de maio, Maduro declarou que as condições para o diálogo incluem a suspensão dessas sanções, o reconhecimento da Assembleia Nacional eleita em 2020 como poder Legislativo legítimo no país, e a devolução das contas bancárias da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA). A situação política no país se mantém em um impasse, mas os acontecimentos do mês de maio podem indicar novas possibilidades para uma solução negociada. Por enquanto, estão agendadas para 2021 apenas eleições regionais. Segundo anúncio do novo CNE, essas ocorrerão no dia 21 de novembro.

Fontes: [El Nacional](#), 04/05/2021; [O Globo](#), 05/05/2021; [Folha de S. Paulo](#), 11/05/2021; [El Nacional](#), 12/05/2021; [El País](#), 13/05/2021; [El Nacional](#), 13/05/2021; [G1](#), 26/05/2021; [El País](#), 27/05/2021.

A onda do Me Too chega na Venezuela denunciando violências contra mulheres e impunidade

Nos primeiros dias de maio de 2021, ganhou espaço na mídia a articulação de um movimento de mulheres na Venezuela. O ativismo no país latino se assemelha ao Me Too, que aconteceu quatro anos antes em Hollywood e conseguiu que um famoso produtor,

Harvey Weinstein, fosse retirado da circulação do campo cinematográfico estadunidense. O movimento venezuelano é resultado de denúncias realizadas entre os dias 23 e 24 de abril de 2021, nas quais seis menores de idade apontaram que Alejandro Sojo, cantor da banda de rock Los colores, abusou sexualmente. Os relatos foram divulgados por meio das redes sociais, mas foram recebidos com desconfiança, apontando um suposto consentimento por parte das menores de idade, sem considerar a superioridade cognitiva e as ferramentas de poder que uma pessoa mais velha possui em comparação com suas vítimas. As queixas transcenderam o ambiente musical. O escritor venezuelano Willy McKey também foi denunciado, confessou seus crimes, pediu desculpas às vítimas, pelo Twitter e se suicidou no mesmo dia, em Buenos Aires, onde estava vivendo. Após os casos, a Fiscalía de Venezuela, órgão ligado ao Ministério Público do país, abriu uma investigação que segue em curso. Contudo, observa-se que o Estado venezuelano não tem cumprido os mandatos da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), como no caso de Linda Loaiza. Esse foi o primeiro caso de violência contra a mulher que chegou a essa instância regional, reforçando o dado do jornal *El País* de que 9 em cada 10 delitos ficam impunes na Venezuela. No contexto da negligência do Estado perante as diversas violências que as mulheres sofrem ao longo do tempo, as denúncias, o compartilhamento das experiências machistas pelas redes sociais e a exigência de justiça são movimentos que pressionam para que os responsáveis tomem as medidas cabíveis contra a misoginia estrutural do país. Em 1º de maio, um grupo de mulheres criou o chamado “Yo Te Creo Venezuela”, com o intuito de incentivar que as mulheres que sofrem algum tipo de abuso denunciem, além de manter o tema em visibilidade, pois identificaram que, uma vez que os abusos contra as mulheres não são prioridade para os governantes, o tema logo é substituído por outro visto como mais urgente.

Fontes: [El País](#), 01/05/2021; [Todo Noticia](#), 01/05/2021; [El Universal](#), 02/05/2021.

Guiana comemora 55 anos de independência em meio a tensões diplomáticas e políticas

DNº em maio de 2021, a Guiana completou 55 anos de aniversário de sua independência. Em 1966, o país logrou se desvincular do império britânico e

se estabelecer como Estado autônomo, mas, desde então, convive com conflitos fronteiriços com a Venezuela e enfrenta dificuldades para se desenvolver socioeconomicamente. Isso se refletiu nas declarações de suas autoridades durante a celebração do aniversário nacional. Por um lado, o presidente Irfaan Ali voltou a repreender a reivindicação venezuelana de cerca de dois terços do território da Guiana, o que ocorre desde que esta se tornou independente. A declaração foi uma referência à disputa histórica entre os dois países pela região do Essequibo. Ali reiterou que sua intenção é buscar uma solução pacífica para o conflito, em linha com o que foi definido pela Corte Internacional de Justiça, que administra o litígio internacionalmente. Entretanto, enfatizou que a Guiana não abrirá mão do exercício de sua soberania e integridade territorial. Por outro lado, o presidente acenou com um discurso otimista para o desenvolvimento socioeconômico nacional, tendo em vista as grandes jazidas de petróleo que vêm sendo exploradas em seu espaço marítimo. Segundo Ali, esses investimentos devem se reverter, em um futuro próximo, em benefícios tangíveis para a população guianense, sobretudo em termos de infraestrutura física e social. O discurso ocorreu, no entanto, num mês em que veio à tona um controverso contrato de exploração de ouro no país por uma empresa chinesa. Nas condições acordadas, os royalties que a Guiana recebe pela mineração são determinados pelo preço de venda que a empresa estabelece com seus compradores, o que confere incerteza e opacidade aos benefícios que o país deveria desfrutar. A nova polêmica se situa num contexto mais amplo de reiteradas desvantagens, para a Guiana, oriundas da exploração de seus recursos naturais por empresas estrangeiras, a exemplo do que ocorreu no contrato firmado com a Exxon Mobil – em relação a suas jazidas de petróleo – considerado como escandaloso pelos principais veículos de informação guianenses.

Fontes: [Kaieteurs News](#), 20/05/2021; [Demerara-Waves](#), 26/05/2021; [Kaieteurs News](#), 27/05/2021.

Seguradora Ohio National abre litígio internacional contra governo chileno

No dia 12 de maio de 2021, a seguradora Ohio National comunicou ao Ministério das Relações Exteriores do Chile que ativará o mecanismo de solução de controvérsias do Tratado de Livre Comércio entre o país e os EUA em razão da aprovação da lei de

retirada de rendas vitalícias pelo governo. Em função da pandemia da Covid 19, o Congresso chileno aprovou a Lei 21.330, que permite que pensionados possam retirar 10% de suas reservas de pensão administradas pelas seguradoras, diferentemente das duas leis anteriores que incluíam apenas as Administradoras de Fundos de Pensão (AFP). Em função desta mudança na legislação, a Ohio National convocou o governo chileno para consultas e negociações amistosas e, caso não cheguem a um acordo, a disputa seguirá para um órgão internacional competente. Os argumentos da empresa são de que o Estado chileno está infringindo o direito de sua matriz, a ON Global Holding LLC, de um tratamento justo e igualitário, além de acusar o governo de violar a cláusula de proibição de expropriação direta ou indireta contida no Tratado de Livre Comércio EUA-Chile. Diante disso, o Ministério das Relações Exteriores, através da Subsecretaria de Relações Econômicas Internacionais, representará os interesses do Estado chileno na disputa e receberá o apoio técnico dos Ministérios da Economia e da Fazenda. Já o empresariado demonstrou seu apoio à seguradora, argumentando que a decisão do congresso pode gerar um risco político para o país frente aos investidores internacionais.

Fontes: [La Tercera](#), 12/05/2021; [BioBio Chile](#), 12/05/2021; [El Desconcierto](#), 13/05/2021; [BioBio Chile](#), 13/05/2021; [Radio UChile](#), 13/05/2021.

Chilenos participam de megaeleições para escolha dos 155 membros da nova Convenção Constituinte e para governadores e prefeitos

Nos dias 15 e 16 de maio de 2021, os chilenos participaram das eleições para prefeitos, governadores, e para a escolha dos 155 representantes da Convenção Constituinte. Esta última tem grande relevância, pois estes membros da Convenção serão responsáveis pela elaboração da nova Constituição, que substituirá o texto herdado da ditadura de Pinochet. De acordo com os resultados do Serviço Eleitoral (Servel) do Chile, os independentes obtiveram 48 cadeiras, as candidaturas de esquerda totalizaram 53 assentos, representados pelas listas “Apruebo Dignidad” e “Lista del Apruebo”, e o partido governista,

representado pela lista “Chile Vamos”, chegou a 37 lugares. As demais 17 cadeiras foram reservadas para representantes de povos originários. Esse resultado aponta para um decréscimo na força dos partidos de centro (DC, PR, PPD) e uma alta representação dos independentes, que conseguiram superar as barreiras de acesso. Outro fator relevante é o fato de que a direita, representada pela coalização governista, não terá poder de veto, visto que não alcançou 1/3 das cadeiras, e o Chile terá uma constituinte com paridade entre homens e mulheres e povos originários representados. A Convenção Constituinte começará seus trabalhos em junho, e a expectativa é que em julho de 2022 os chilenos voltem às urnas para validar a nova Constituição. Em relação ao primeiro turno das eleições para prefeitos e governadores, a maioria dos pleitos foi levado ao segundo turno, o que indica que não há um cenário de fortalecimento da coalização da direita, como nas últimas eleições, de 2017.

Fontes: [Nodal](#), 17/05/2021; [BBC](#), 17/05/2021; [Servel](#), 29/05/2021.

Eleição para nova Constituição no Chile é marcada pela paridade de gênero

No dia 12 de maio de 2021, foi celebrada a instauração da paridade de gênero para a eleição de representantes da Convenção Constituinte no Chile. Para Mónica Zalaquett, ministra da Mulher e Igualdade de Gênero chilena, “este é um ponto de inflexão na participação política das mulheres”. O processo, que substituirá a Constituição vigente desde a ditadura de Augusto Pinochet, admitiu a paridade durante a inscrição de representantes e na escolha dos 155 membros que farão parte da Convenção - ao final, foram escolhidos 78 homens e 77 mulheres. O fato é um marco na história do Chile e representa uma inovação, considerando a participação equitativa de gêneros no processo. A conquista foi fruto das reivindicações do movimento feminista chileno que, desde 2018, vem atuando mais fortemente na luta contra o feminicídio, a violência machista e pela ampliação da participação das mulheres na política. Neste sentido, outra vitória significativa ocorreu em Santiago do Chile. Em 21 de maio, a economista comunista Irací Hassler Jacob

venceu as eleições encerrando um longo período de tradição conservadora na cidade. Irací foi incisiva ao denunciar as violações de direitos humanos perpetradas durante o governo de Sebastián Piñera. A vitória de Hassler em Santiago e a garantia da paridade de gênero no processo constituinte chileno evidenciam um significativo processo de transição liderado por movimentos feministas, independentes e de esquerda no país.

Fontes: [Universa UOL](#), 12/05/2021; [BBC News](#), 19/05/2021; [El País](#), 21/05/2021; [Rede Brasil Atual](#), 23/05/2021.

Prisão de Murillo e declaração do Parlamento Europeu dão novas dimensões internacionais à instabilidade política na Bolívia

No dia 26 de maio de 2021, o Departamento de Estado dos EUA anunciou a prisão, em Miami, por suborno e lavagem de dinheiro, de Arturo Murillo, ex-ministro de Governo da Bolívia, que exerceu o cargo durante o mandato de Jeanine Áñez, entre novembro de 2019 e novembro de 2020. Além de Murillo, também foram presos Sergio Mendez, seu ex-chefe de gabinete, e três empresários estadunidenses envolvidos no caso. A acusação afirma que Murillo recebeu subornos de empresas estadunidenses para atuar a seu favor na importação de gás lacrimogêneo e outros equipamentos não-letais por parte do governo de Áñez e que, posteriormente, o ex-ministro foi aos EUA para realizar a lavagem do dinheiro envolvido no caso. Murillo teria recebido mais de US\$ 600 mil no esquema, que teria durado de novembro de 2019 a abril de 2020. Os empresários estadunidenses detidos são proprietários da empresa Bravo Tactial Solutions, que teve o papel de intermediação entre a compra do governo boliviano e a Condor, empresa brasileira fabricante dos materiais. Murillo foi um dos nomes mais importantes do governo de Áñez e, desde o final de 2020, estava foragido no exterior. O ex-ministro fugiu da Bolívia pela fronteira com o Brasil e, em seguida, do Panamá, deslocou-se para os EUA. O Ministério da Justiça boliviano afirmou que solicitará a extradição de Murillo. A prisão se deu alguns dias depois de o Parlamento Europeu ter qualificado Jeanine Áñez, detida desde março, como “presa política”. A declaração, feita dia 30 de abril e

comemorada pela oposição ao presidente boliviano Luis Arce, pediu às autoridades a libertação imediata de Áñez e de dois de seus ex-ministros.

Fontes: [El País](#), 30/04/2021; [Al Jazeera](#), 26/05/2021; [O Globo](#), 27/05/2021; [BBC](#), 27/05/2021.

Colômbia completa um mês de protestos em meio de críticas internas e externas ao governo

Em 2 de maio de 2021, após diferentes representações de movimentos sociais colombianos convocarem manifestações e greve geral a fim de barrar a proposta de reforma tributária apresentada ao Congresso, o presidente Iván Duque solicitou a retirada do projeto. No dia 3 de maio, o então ministro da Fazenda, Alberto Carrasquilla, renunciou ao cargo. Em 28 de maio, completou um mês do início dos protestos no país e a violenta repressão policial nos atos tem chamado atenção. Representantes da esquerda colombiana no Senado e algumas ONGs denunciaram Iván Duque ao Tribunal Penal Internacional e ao Conselho de Segurança da ONU, devido às reiteradas denúncias de violências cometidas pelas Forças Públicas. Segundo a ONG Temblores, que vêm contabilizando os números das manifestações desde o seu início, até o dia 25 de maio já somavam mais de 3.155 denúncias de violência policial, 1.388 prisões arbitrárias, 955 vítimas de violência física, 43 mortes de civis (das quais 17 têm confirmada relação direta com os protestos) e 22 denúncias de violência sexual por parte da polícia. Organismos das Nações Unidas, da União Europeia, Anistia Internacional e Human Rights Watch também têm denunciado o uso excessivo da força. Além disso, 55 congressistas republicanos dos EUA pediram ao secretário de Estado e outras agências estadunidenses para se pronunciar contra as mortes nos protestos na Colômbia, frente ao qual o secretário de Estado manifestou sua preocupação. Congressistas colombianos da oposição viajaram aos Estados Unidos para denunciar as violações de Direitos Humanos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e pedir uma visita da Comissão de Direitos Humanos do Congresso estadunidense. Em meio ao aumento das críticas externas, a chanceler Claudia Blum pediu demissão, após tensões com a vice-chanceler, que respondeu diretamente às críticas ao Alto Comissariado das

Nações Unidas para Direitos Humanos, negando as acusações sobre violações aos direitos humanos. Na sequência, a vice-presidente Martha Lucía Ramírez acumulou o cargo de chanceler. Também renunciou o comissionado de Paz, Miguel Ceballos, que criticou a ingerência do ex-presidente Uribe nos diálogos com o ELN. Por sua vez, o governo recebeu várias críticas internas e externas por não aceitar a visita da CIDH ou por condicioná-la, e, com a pressão, a Martha Lucía Ramírez recuou e aceitou. As tensões têm gerado uma forte crise para o governo de Duque. Segundo uma pesquisa de Invamer, a desaprovação do presidente chegou a 76%, a mais alta de um presidente neste século. Além disso, 89% dos entrevistados responderam estar de acordo com as manifestações. O Comitê Nacional de Greve da Colômbia reforça que, apesar do presidente Duque ter voltado atrás na proposta de reforma tributária, os protestos continuarão com novas pautas. A população agora também reivindica o fim da militarização das cidades, o desmantelamento do Esquadrão Móvel Antimotim (Esmad) da Polícia Nacional, a punição dos responsáveis pela violência policial durante os protestos, a garantia do direito à manifestação, a retirada do projeto de reforma sanitária, a vacinação massiva da população, a renda básica de um salário mínimo para os atingidos pela pandemia da Covid-19 e a renúncia do presidente.

Fontes: [Carta Capital](#), 05/05/2021; [El País](#), 13/05/2021; [Infobae](#), 18/05/2021; [Tembloros](#), 25/05/2021; [El Colombiano](#), 27/05/2021; [BBC](#), 30/05/2021.

Conflito entre Hamas e Israel repercute na África do Sul e na América Latina

No início de maio de 2021, a escalada das tensões entre o Hamas e o governo israelense mobilizou múltiplos atores em vários países. Na África do Sul, foram realizados diversos protestos em apoio aos palestinos. Organizações como o Conselho Judicial Muçulmano, a Fundação Al Quds, #Africa4Palestina e organizações estudantis, além de partidos políticos, como o Congresso Nacional Africano (CNA), o Good Party, os Lutadores pela Liberdade Econômica, o Al Jamaah e o Partido Comunista, organizaram marchas, reivindicando a imposição de sanções contra Israel, a condenação do país na Corte Internacional de Justiça e o fechamento da embaixada israelense. A

Federação Sionista da África do Sul, por sua vez, criticou o estabelecimento de qualquer sanção contra Israel e o Comitê de Deputados Afro-judaicos apelou ao governo sul-africano e aos partidos políticos que mostrassem imparcialidade e reconhecessem a complexidade da situação. O Departamento de Relações Internacionais sul-africano condenou os ataques israelenses à Gaza e solicitou que o país cessasse o plano de despejo de famílias palestinas de Jerusalém Oriental. Além disso, o departamento estabeleceu uma linha telefônica 24 horas para informar e orientar os sul-africanos sobre seus parentes em Gaza. O presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, criticou a ação israelense, lamentou o uso de “terror” pelo Estado judeu sobre os palestinos e descreveu esse país como um “tipo de Estado de apartheid”. Também houve repercussão na América Latina. No Brasil, ocorreram protestos pró-palestina nas cidades de Uruguaiana, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, entre outras. O Chile contou com atos em Santiago e deputados do Partido Comunista apresentaram projeto para que o presidente convoque o embaixador chileno em Israel para consultas. Bolívia, México e Argentina também registraram protestos. Na Argentina, deputados da oposição solicitaram o comparecimento do chanceler ao Congresso para explicar as críticas feitas por ele ao Estado de Israel. A Organização Sionista Argentina também criticou esta postura do governo.

Fontes: [SABC News](#), 11/05/2021; [Infobae](#), 11/05/2021; [Infobae](#), 13/05/2021; [News24](#), 15/05/2021; [G1](#), 17/05/2021; [MEMO](#), 16/05/2021; [Barron's](#), 18/05/2021; [The South African](#), 19/05/2021; [The Citizen](#), 19/05/2021; [A Nova Democracia](#), 19/05/2021; [Cooperativa.CL](#), 20/05/2021; [Timeslive](#), 23/05/2021; [Clarín](#), 27/05/2021.

Conflitos militarizados deixam mortos no Brasil e na Palestina

No dia 6 de maio de 2021, no território da favela do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio de Janeiro, ocorreu operação policial que deixou o maior número de mortos na história do estado, 28 civis e um policial. No início da operação, dois trabalhadores foram baleados no metrô e as nove horas seguintes de ação contaram com invasões a casas de moradores e tiros dados por helicópteros. No dia 7 de maio, o porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Rupert Colville, destacou profunda preocupação da organização com o caso e

o desacordo à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, limitou a realização de operações policiais nas favelas durante a pandemia da Covid-19. No dia 7, houve manifestações na comunidade e em frente à Cidade da Polícia, localizada ao lado da favela, que tiveram continuidade no dia 13 de maio, marcado na história brasileira como o dia da abolição da escravatura. No dia 24 de maio, a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro colocou os documentos referentes à ação em sigilo por 5 anos. Em um outro processo militarizado, no dia 7 de maio, a Palestina passou a sofrer ataques de Israel. O conflito resultou na morte de 212 palestinos. No dia 15 de maio, um ataque aéreo israelense atingiu um prédio que abrigava escritórios de mídia internacional, na Faixa de Gaza. O secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, manifestou estar perturbado pelo ataque aéreo de Israel e pelo crescente número de vítimas civis, incluindo crianças. As técnicas militares usadas contra a Palestina e nas favelas do Rio de Janeiro assemelham-se. Ressalta-se que a Polícia Militar do Rio fez treinamento em Israel no contexto dos megaeventos e que está em tramitação nova proposta de acordo de cooperação militar entre Brasil e Israel, a MSC 371/19, que tem como principal objetivo promover a cooperação entre os países em assuntos de Defesa.

Fontes: [G1](#), 06/05/2021; [OHCHR](#), 07/05/2021; [Rio On Watch](#), 14/05/2021; [Exame](#), 16/05/2021; [Al Jazeera](#), 15/05/2021; [Fórum](#), 17/05/2021; [Brasil de Fato](#), 18/05/2021; [El País](#), 20/05/2021.

África do Sul lidera importantes iniciativas diplomáticas contra a pandemia do Covid-19

No mês de maio de 2021, a diplomacia sanitária da África Sul produziu novos esforços em resposta à pandemia do novo coronavírus. Na Organização Mundial da Saúde (OMS), o país patrocinou uma resolução para a convocação de uma sessão ministerial especial, para o final deste ano, com o objetivo de negociar um tratado internacional sobre o combate a pandemias. Além de propiciar mecanismos de cooperação mais ágeis, o tratado poderia criar regras para a quebra de patentes das vacinas. O embaixador da África do Sul, Mxolisi Nkosi, falando em nome das 26 delegações que apoiaram o projeto, externou sua preocupação com o que ele classificou como

“apartheid das vacinas”, apoiado no fato de que mais de 80% das 1,1 bilhão de doses aplicadas foram administradas em países de alta renda, enquanto apenas 0,3% foram administradas em países de baixa renda. A África do Sul lidera na Organização Mundial de Comércio (OMC), junto com a Índia, a isenção do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS) para vacinas contra a Covid-19. A anúncio do apoio dos EUA, feito pelo presidente estadunidense Joe Biden, foi celebrado pela diplomacia sul-africana. No entanto, a União Europeia demonstrou ceticismo em relação à proposta. O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, priorizou a estratégia de cooperação e investimentos para expandir a produção e exportação das vacinas como melhor meio de combate à pandemia, e exaltou a importância da África do Sul para viabilizar tais resultados. A União Europeia iniciou diálogos com as farmacêuticas sul-africanas Aspen e Biovac, a fim de transformar a África do Sul em um polo produtor de vacinas, com capacidade de distribuição no continente africano, o qual representa apenas 2% das vacinas aplicadas em todo o mundo. Essas iniciativas expressam o protagonismo diplomático sul-africano no combate à pandemia da Covid-19.

Fontes: [UNAIDS](#), 05/05/2021; [AfricaNews](#), 06/05/2021; [Istoé](#), 08/05/2021; [DW](#), 09/05/2021; [KFGO](#), 10/05/2021; [RFI](#), 18/05/2021; [Reuters](#), 25/05/2021; [RTP](#), 28/05/2021.

China reforça cooperação tecnológica e científica com os BRICS

No mês de maio de 2021, o governo chinês iniciou duas grandes iniciativas de cooperação com parceiros dos BRICS. Em 19 de maio, em evento online para a inauguração de quatro reatores nucleares avançados com tecnologia russa instalados em duas centrais elétricas chinesas, os presidentes Xi Jinping e Vladimir Putin firmaram acordos estratégicos entre China e Rússia, em busca de reforçar as relações de amizade entre os países. As usinas nucleares fazem parte de um acordo sino-russo assinado em 2018, que previa investimentos no valor de US\$ 2,9 bilhões. Dentre os temas tratados entre os dois chefes de Estado nestes novos acordos, figuram a busca pelo princípio de prudência e segurança no uso e no controle da energia nuclear para fins pacíficos, o aprofundamento da cooperação entre os países no âmbito da tecnologia nuclear e a colaboração para promover a governança

internacional em sistemas de desenvolvimento desta energia para fins pacíficos. Os presidentes também discutiram sobre a necessidade de promover acordos responsáveis com a Coreia do Norte e o Irã, com o intuito de assegurar a paz internacional. Já no dia 29 de maio, foi inaugurado em Pequim o primeiro Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas dos BRICS, com o intuito de promover a cooperação estratégica no desenvolvimento de novas vacinas e no aprimoramento das capacidades de produção de imunizantes e detecção de novas variantes de doenças que possam acarretar crises de saúde globais. O Centro de Vacinas dos BRICS contará com o apoio do laboratório chinês Sinovac Biotech, que tem o apoio do Instituto Butantã, instituição brasileira de pesquisas que auxilia na testagem e produção do imunizante Coronavac.

Fontes: [Global Times](#), 19/05/2021; [South China Morning Post](#), 20/05/2021; [Xinhua](#), 20/05/2021; [China Daily](#), 29/05/2021; [Global Times](#), 29/05/2021; [Xinhua](#), 29/05/2021.

China é destaque por grave violação da liberdade religiosa

Em maio de 2021, foi divulgado o 15º Informe sobre a Liberdade Religiosa no Mundo, organizado pela Fundación Pontificia Internacional de Ayuda a la Iglesia Necesitada (ACN, sigla em espanhol). De acordo com o estudo, a liberdade religiosa é violada gravemente em um a cada três países, e, entre os anos de 2018 e 2020, o direito fundamental a liberdade religiosa não foi respeitado em 62 países. Foi destacado também que houve um crescimento do uso de violência sexual como arma contra minorias religiosas, e que crimes contra meninas e mulheres têm sido utilizados como forma de conversão. A Covid-19 tem sido um indicador de aprofundamento das violações de direitos. Assim, por exemplo, foi observado que em países como Paquistão e Índia, a ajuda humanitária foi negada às minorias religiosas. Outro caso que teve destaque no Informe foi o da China, onde o Partido Comunista tem oprimido grupos religiosos por meio de diversas estratégias, dentre elas a vigilância com câmeras e escâner em smartphones. O Departamento de Estado dos EUA também apontou para a grave situação de violação da liberdade religiosa no país asiático. Segundo o

governo estadunidense, existem verdadeiras prisões a céu aberto na China, em cidades nas quais o movimento das pessoas é monitorado até mesmo por escoltas. Entre os dias 20 e 21 de maio, o bispo da diocese de Xinxiang e outros sacerdotes haviam sido presos em um alojamento e submetidos ao que foi denominado de “sessões políticas”. A prisão ocorreu por meio de uma grande operação policial para intervir que houvessem aulas de teologia. Na China, as religiões autorizadas a exercer atividades são submetidas à rígidas regras impostas pelo Partido Comunista. Em 2018, um acordo foi assinado entre o Ministério de Relações Exteriores chinês e a Santa Sé, e foi renovado em outubro de 2020. Contudo, os assuntos religiosos no país são tratados por um Ministério específico, o que tem limitado o cumprimento do acordo, que foi firmado pela pasta exterior. No dia 18 de maio, o Vaticano havia nomeado o novo bispo de Hong Kong. Para Stephen Chow, escolhido pela Igreja católica, a liberdade religiosa é um direito fundamental, mas o novo bispo assume preferir tratar o caso com prudência.

Fontes: [Siete24](#), 13/05/2021; [Correio Braziliense](#), 18/05/2021; [Epoch Times](#), 19/05/2021; [Asia News](#), 24/05/2021.

Mortes no Mediterrâneo e deportações em massa chamam a atenção para a necessidade de novas políticas migratórias

No dia 4 de maio de 2021, o Norwegian Refugee Council publicou uma matéria chamando a atenção para o aumento de mortes de migrantes no Mar Mediterrâneo. A notícia foca nos fluxos que partem da Líbia e destaca que, desde o começo do ano, mais de 600 pessoas que saíram do território libanês com destino à União Europeia (UE) perderam suas vidas. Este número representa mais do que o dobro de mortes registradas em 2020 neste mesmo período. Além da dificuldade de resgate nestas rotas migratórias, a UE e seus Estados-Membros têm focado em políticas que impedem a chegada destas pessoas, em detrimento de políticas de resgates. Contudo, apesar dos perigos presentes na travessia e na chegada ao bloco europeu, estes fluxos não cessam. No dia 17 de maio, mais de 8 mil marroquinos atravessaram a fronteira entre o Marrocos e a Espanha, chegando em Ceuta. Na

praia El Tarajal, as forças de segurança espanholas utilizaram gás lacrimogêneo e veículos blindados para impedir que os migrantes ultrapassassem a costa e cerca de dois terços das pessoas deste grupo foi expulsada. Ademais, o serviço de inteligência italiana acredita que entre 50 e 70 mil pessoas estejam preparadas para sair da Líbia com direção à Itália. Diversas questões influenciam estes fluxos, dentre estas, é possível citar o alto número de migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio em países de trânsito, como a Líbia e Turquia, que não conseguem garantir a proteção dos direitos destas pessoas. Com efeito, muitas delas sofrem diversos tipos de abuso nestes locais. Outro fator é a ausência de caminhos legais e seguros para a Europa. Neste contexto, muitos migrantes contam com o auxílio de atravessadores para chegar no território da União Europeia, enganando-os com a falsa promessa de uma vida melhor após a travessia.

Fontes: [NRC](#), 04/05/2021; [APNews](#), 04/05/2021; [Infomigrants](#), 10/05/2021; [RFI](#), 19/05/2021; [G1](#), 20/05/2020.

Ministro das Relações Exteriores da Turquia visita a Grécia em meio aos conflitos no mar Mediterrâneo entre os dois países

Em 31 de maio de 2021, o ministro de Relações Exteriores da Turquia, Mevlut Cavusoglu, encontrou-se com o primeiro-ministro da Grécia, Kyriakos Mitsotakis, na cidade de Atenas, a fim de discutir as relações bilaterais entre os dois países, após meses de tensões em torno das disputas territoriais entre gregos, cipriotas e turcos no mar Mediterrâneo. A Turquia vem fazendo sucessivas missões exploratórias em busca de reservas de petróleo e gás no Mediterrâneo, em águas reconhecidas pela comunidade internacional como situadas na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) cipriota, mas disputadas por Ancara. Para os turcos, a possibilidade da extração de petróleo e gás comercialmente na região poderia contribuir substancialmente na busca pela autossuficiência energética do país, que ainda depende da importação para atender suas necessidades. A Grécia e a União Europeia (UE) consideram ilegais as perfurações da Turquia no leste do Mediterrâneo. Para gregos e cipriotas, a Turquia deve cumprir o direito

internacional e aceitar a Convenção sobre o Direito do Mar, contudo, a Turquia não é signatária desta Convenção. A presente disputa de zonas marítimas toca em questões históricas em torno do Chipre, do mar Egeu e do Mediterrâneo, que ganhou com a descoberta dos depósitos de petróleo e de gás um componente ainda mais desestabilizador para a situação. A Turquia não reconhece a República do Chipre como Estado soberano, mas apoia a autodeclarada República Turca do Chipre do Norte (RTCN), que ocupa a porção norte da ilha, bem como alega que a ZEE turca deveria seguir a extensão da plataforma continental, ao invés de ser limitada pela cipriota. Ancara também advoga em favor da RTCN, que deseja a expansão da sua ZEE em relação ao tamanho da zona que é controlada pela República do Chipre. A situação ainda é mais complexa, pois Grécia, Israel e Chipre, apoiados pela União Europeia, lançaram em 2020 o projeto do gasoduto EastMed, que levaria o gás da região para a UE. A construção do gasoduto permitiria a Europa a diversificar seus recursos energéticos, reduzindo a dependência ao gás vindo da Rússia. A melhor rota para o gasoduto passa pela ZEE do Chipre, mas que é disputada pela Turquia e pelos cipriotas turcos. Ancara declarou que se opõe veementemente ao projeto. A proposta da construção do gasoduto também esbarra no comprometimento da UE de descarbonizar as fontes de energia do bloco, dada a falta de consenso no reconhecimento do gás natural como fonte de transição para uma energia verde. As preocupações na região continuam altas de que a Grécia e a Turquia possam se envolver em algum tipo de conflito militar, já que ambas realizaram manobras na região com fragatas e caças num sinal claro de demonstração de força de ambos os lados.

Fontes: [Reuters](#), 24/05/2021; [Reuters](#), 26/05/2021; [Correio Braziliense](#), 30/05/2021; [Hurriyet Daily News](#), 31/05/2021.

No Dia Internacional do Combate à LGBTfobia, secretário geral da ONU faz apelo contra discriminação

No dia 17 de maio de 2021, Dia internacional do Combate às Discriminações Lgbtfóbicas, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Antonio Guterres, fez um apelo para que os países do

mundo parem de perseguir e discriminar os grupos minoritários baseados em identidade sexual e identidade de gênero. Ao lembrar que esse é um dos pilares da agenda 2030 da ONU, Guterres demonstrou preocupação ao apontar que 69 países mantêm a criminalização às relações afetivo-sexuais entre pessoas de mesmo gênero, e às expressões de diferentes identidades de gênero. Entre os 69 países que ainda criminalizam estas relações, estão vários Estados-membros da ONU no Oriente Médio e Norte da África, no Sul e Sudeste Asiático e na África Subsaariana. Segundo especialistas, estes países justificam as proibições, introduzidas “na maioria dos casos pelas autoridades coloniais”, sob o argumento de que defendem os princípios do Islã ou do Cristianismo e, portanto, são necessários para manter a moral pública. Em alguns desses países, inclusive, a criminalização é punida com a morte. De acordo com dados levantados pela organização internacional, durante esse um ano de pandemia da Covid-19, os casos de violência, discursos de ódio, segregação, perseguição, exclusão social, bem como de implementação de obstáculos para acesso à saúde, educação e emprego ficaram ainda mais significativos ao redor do globo. Concomitante, porém, alguns casos acabaram indo na contramão do pedido do secretário geral, como o do jovem iraniano Ali Fazeli Monfared, assassinado pelo seu meio-irmão após ter sua sexualidade exposta devido à regra do Exército iraniano de dispensar jovens LGBTs e forçá-los a ter uma “carta de exceção”, que declara sua expulsão do Exército devido à sexualidade e coloca em risco a segurança desses jovens. Outros dois casos que chamam a atenção aconteceram no Camarões – onde duas mulheres transexuais foram condenadas pela Corte Suprema por “incitação à homossexualidade” após usarem roupas consideradas femininas em um restaurante - e no Brasil – onde uma onda de assassinatos de homens gays em Curitiba e Santa Catarina chama atenção para o que supostamente se assemelha a um caso de assassinatos em série marcados via aplicativos de relacionamento.

Fontes: [Isto é](#), 12/05/2021; [Human Rights Watch](#), 12/05/2021; [BBC](#), 13/05/2021; [Amnesty International](#), 17/05/2021; [Nações Unidas](#), 17/05/2021; [G1](#), 17/05/2021.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

